

“CONQUISTANDO O OESTE”: AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA E O CASO DE NOVA XAVANTINA/MT

"WINNING THE WEST": AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA AND THE CASE OF NOVA XAVANTINA / MT

Natália Araújo de Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir as políticas de colonização empreendidas para a região mato-grossense da Amazônia Legal Brasileira, debatendo o ideário de integração nacional que perpassou essas e apresentando os atores desses processos na cidade de Nova Xavantina, vista como emblemática por ter sido povoada a partir de diferentes políticas de colonização. A primeira começa na era Vargas, durante a Marcha para o Oeste, um projeto de colonização que teve como alvo migrantes nordestinos e goianos e atingiu diretamente os indígenas da região – Xavante. Em seguida o histórico se centra na década de 1970, quando o estado de Mato Grosso recebeu volumosos recursos financeiros para a expansão da fronteira agrícola, época ainda de um ideal de ocupação dos “espaços vazios” e de defesa da fronteira nacional e que teve como atores os Gaúchos. Como resultado, revela que nos momentos de tensão o governo fez uso da colonização como forma de não realizar a reforma agrária e mostra também como os atores envolvidos nessas políticas –Xavantes, Pioneiros e Gaúchos – construíram suas identidades a partir das colonizações nas quais foram inseridos.

Palavras-chave: Colonização; Amazônia Legal mato-grossense; Nova Xavantina/MT.

ABSTRACT: This article aims to discuss the colonization policies undertaken for the Mato Grosso region of *Amazônia Legal Brasileira*, debating the national integration of ideas that pervaded these occupations and also presenting the actors of these processes and, therefore, takes the town of Nova Xavantina as emblematic due to its historical different colonization policies. The first begins in the era Vargas, during the occupation project of "voids" in the country - called March to the West, a colonization project that targeted northeastern migrants and Goianos (inhabitants from Goiás State) and directly hit the natives of the region – Xavante. Then the historical centers in the 1970s , when the state of Mato Grosso received massive financial resources for the expansion of the agricultural frontier, in an ideal of occupation "voids" and defense of the national border and had as actors the Gauchos. As a result, it reveals that in moments of tension the government made use of colonization as a way to skip the agrarian reform and also shows how the actors involved in these policies - in this case, Xavante, Pioneers and Gauchos, build their identities from settlements that they were inserted.

Keywords: Colonization; Amazônia Legal mato-grossense; Nova Xavantina/MT.

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período sanduíche no Center for Iberian & Latin American Studies (CILAS) na University of California, San Diego (UCSD). Mestra em Ciências Sociais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Bacharela em Turismo - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

INTRODUÇÃO

A história do Brasil está ligada ao campo e, para a ocupação das áreas agropastoris, diferentes políticas de colonização foram criadas. Estas foram elaboradas de maneira a contemplar distintas regiões e em diferentes contextos históricos do país, e, para fins desse artigo, serão analisados os processos de colonização empreendidos pelo Estado brasileiro a partir da década de 1940, tendo como foco a região mato-grossense que compreende parte da Amazônia Legal brasileira, em especial a mesorregião do Nordeste do Mato Grosso, apresentando a cidade de Nova Xavantina como um município resultante de tais políticas.

A Amazônia Legal brasileira, apesar de criada somente em 1953 pela Lei 1.806, já recebia investimentos financeiros para expansão da fronteira agrícola desde o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. Contudo, o ano de 1953 marca os limites legais do território, definindo-o com a extensão de 5.000.000 Km², o que dá 59% da área brasileira. Essa definição permitiu a criação de políticas de colonização sistematizadas para a região.

Essa área é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e Tocantins. Sua definição não foi feita a partir de aspectos biológicos, mas sim com objetivos de organização e planejamento de políticas desenvolvimentistas, que serão apresentadas ao longo desse artigo. Incluso na Amazônia Legal, o estado de Mato Grosso é o terceiro maior do Brasil em extensão territorial, ocupando uma área de 903.357km². Possui 141 municípios e se divide 5 mesorregiões, sendo uma delas a do Nordeste do Mato Grosso, no qual se encontra Nova Xavantina. Essa mesorregião, também conhecida como Vale do Araguaia, divide-se em três microrregiões: Canarana, Médio Araguaia e Norte Araguaia. Nova Xavantina está na microrregião de Canarana.

O município de Nova Xavantina tem extensão territorial de 5.527 km² e possui uma população de 19.643 habitantes, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010. Sua base de atividade econômica é a pecuária intensiva, com sistema de cria, recria e corte. Já no que se refere à agricultura, cultiva-se predominantemente a soja.

Sua emancipação política se deu em 1980, anterior a esse momento a cidade era dividida em dois distritos, separados pelo rio que corta a cidade – rio das Mortes. De um lado estava o distrito Ministro João Alberto e do outro o Distrito de Nova Brasília.

No dia 3 de março de 1980 se consolidou uma só cidade, denominada de Nova Xavantina, nome escolhido após lutas locais em que as duas sedes distritais brigaram para manter o nome, decidindo-se por utilizar uma parte da denominação de cada sede.

A cidade é caracterizada em sua história pelo desenvolvimento de duas formas de ocupação oficiais: a ocupação do espaço decorrente da expansão da fronteira agropecuária na região Centro-Oeste, no início da década 1940 e pela inclusão de terras do município em projetos de colonização oficiais e privados, implantados em Mato Grosso na década de 1970, durante a ditadura militar. Lembrando que o espaço já era habitados pelos índios Xavante desde 1820.

As políticas de colonização do Estado começaram a ser desenvolvidas na mesorregião do Nordeste do Mato Grosso, em especial Nova Xavantina, durante o Estado Novo (1937-1945), quando o presidente Getúlio Vargas criou o projeto Marcha para Oeste. Era um projeto nacionalista que defendia a ocupação territorial de “terras vazias”, expressão cunhada para caracterizar a região que devia ser ocupada. O discurso do governo afirmava ser necessário povoar as áreas do Centro-Oeste brasileiro para assegurar a soberania do território nacional, protegendo-o de supostos invasores internacionais. Todavia, a Marcha para o Oeste tinha como intenção criar condições para que os territórios indígenas e de outros grupos sociais se transformassem em empreendimentos agropecuários. Os migrantes que participaram do projeto eram homens pobres, principalmente nordestinos e goianos e ficaram conhecidos, posteriormente, como Pioneiros.

Na sequência ocorreu a política nacional de colonização da década de 1970, durante a ditadura militar brasileira e que abrangeu Nova Xavantina. O contexto é diferente, mas o ideal de ocupar para não entregar para invasores ainda se fazia presente. Essa política também fez uso da migração de diferentes grupos, nesse caso, oriundos do Sul do Brasil, agora já em um contexto de abafar tensões agrárias ocorridas naquela região. Novamente a ideologia de espaços vazios é utilizada e a migração realizada.

Apresentando as políticas de colonização citadas acima, o presente artigo busca discutir a ocupação dos espaços “vazios” empreendido desde a década de 1940 para a Amazônia legal Brasileira, debatendo o ideário de integração nacional que perpassou essa ocupação e também apresentando os atores desses processos e formação de suas

identidades a partir dessas políticas, sendo, no caso estudado, indígenas Xavante, nordestinos e goianos (chamados posteriormente de Pioneiros) e Gaúchos. Para tanto se baseia em pesquisa qualitativa, com técnica para a coleta de dados a observação participante e entrevistas. Estas foram realizadas com membros² dos grupos Xavante, Pioneiro e Gaúchos, entre os anos de 2006 a 2010.

O GOVERNO VARGAS E O PROJETO DA MARCHA PARA O OESTE

A década de 1930 é marcada pelo início de uma nova política de imigração e migração no Brasil, iniciada pelo presidente Getúlio Vargas que, ao assumir a presidência, proibiu a entrada de imigrantes no país. Neste período, com a crise do café ao final da década de 1920, a mão de obra estrangeira não interessava mais ao governo brasileiro e, além disso, os fantasmas das ideologias comunistas rondavam tais imigrantes, segundo Vargas. Assim, para evitar a entrada de “ideologias exóticas”, muda-se o contingente de trabalhadores da terra no Brasil e as imigrações dão lugar às migrações internas.

No ano de 1938, com o intuito de melhorar as técnicas de colonização, o presidente criou o Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização. Com esse órgão, a orientação das migrações internas passou a seguir a linha subsequente: deslocamento de população do nordeste, assolado pela seca, para as zonas produtivas de São Paulo (nos locais onde houvesse escassez de mão de obra) e para a Amazônia; loteamento dos chamados “imensos vazios do oeste” por levas de imigrantes com o intuito de explorar economicamente a região, ou seja, o objetivo do governo Vargas era povoar de forma organizada os “vazios demográficos” com o excedente de pobres nacionais, principalmente do Nordeste, sendo exemplo disso o projeto nacionalista Marcha para o Oeste. Essa nova dinâmica de migração mostra a colonização sendo usada como resolução dos problemas nacionais.

Contudo, os “vazios demográficos” tão exaltados durante as políticas de colonização para a Amazônia Legal Brasileira desconsideravam a presença de indígenas que já estavam nesse espaço, sendo, na região que posteriormente viria a ser Nova Xavantina, já conhecido os temíveis índios Xavante. Os Xavante migraram para onde se localiza Nova Xavantina entre 1820-1870 fugindo de aldeamentos indígenas no qual

² Os nomes de todos os entrevistados foram trocados com o intuito de preservar suas identidades.

foram confinados no estado de Goiás entre 1784 e 1788. Desde essa época já eram vistos como aguerridos, indomáveis, ferozes, bárbaros, indóceis, sendo categorizados como não-civilizáveis.

Como diz Fernandez (2007), até os anos de 1950 o estado de Mato Grosso era formado por um verdadeiro mosaico de territórios indígenas com, aproximadamente, cinquenta etnias, que tinham culturas, línguas, rituais e uso de recursos naturais distintos, não se caracterizando, portanto, como um “espaço despovoado”, conforme sugeriu Vargas à sociedade brasileira.

Uma das medidas adotadas para enviar migrantes ao interior foi a criação, no ano de 1938, da Marcha para o Oeste. Neste projeto estava contemplada a criação de colônias agrícolas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás que estavam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas, e excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (Decreto n.º 3059 de 14 de fevereiro de 1941 apud ESTERCI, 1977, p. 1).

Porém, mais que um projeto para a criação de colônias agrícolas, a Marcha para o Oeste foi uma política de desenvolvimento para o interior, visto que contemplava também abertura de estradas, obras de saneamento rural e construção de hospitais. Era a ideia do progresso começando a adentrar o Oeste “desabitado” do país, a partir de uma política expansionista de integração nacional. O ideal de defender a fronteira, ocupar e desenvolver para se fazer presente.

Com as diretrizes já desenhadas, era necessário dar início e incentivar essa política de ocupação do interior, e, para tanto, o presidente Vargas percorreu vários estados do Brasil estimulando essas migrações. Seu discurso dava conta de um cenário de apego à nacionalidade e de defesa da nação, na qual “o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste” (VARGAS, 1938, p. 124). Em discurso proferido em Cuiabá, em 1940, o presidente afirmou que “(...) o programa do ‘Rumo para o Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” (ESTERCI, 1977 p. 17). Por meio desses discursos, percebe-se a construção de um novo homem brasileiro, isto é, a atribuição de uma nova identidade para os migrantes que fossem colonizar a Amazônia Legal, pois esses agora seriam os heróis nacionais.

A mensagem do governo afirmava ser necessário colonizar as áreas do Centro-Oeste brasileiro para que não houvesse invasão de outros países e, ele, presidente, como qualquer outro brasileiro, não cederia nenhum palmo desta terra. Como bem coloca Cancelli (1984, p. 30), “o sentido da colonização – ligado à brasilidade – é entendido como o dever de colonizar as áreas a fim de preveni-las contra o invasor – ou suposto invasor”. De acordo com Considera, Silva e Tavares (1979), o real objetivo do projeto Marcha para o Oeste era reduzir as tensões sociais por terra no Brasil, o que seria feito com o deslocamento da fronteira agrícola, promovendo o povoamento destas regiões.

Para a divulgação da Marcha para o Oeste todo o aparato institucional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi usado, com uma infinidade de publicações e programas de rádio incentivando o andamento da Marcha para o Oeste. Como afirma Cancelli (1984), a campanha da Marcha para o Oeste foi uma das mais importantes empreitadas cívicas levadas a cabo pelo Estado. O programa contava com intelectuais, como Cassiano Ricardo - ideólogo do Estado Novo - que comparava essas migrações para o interior como novas bandeiras, imaginando a construção de uma nacionalidade. Ele escreveu sobre o tema no livro *A marcha para o Oeste* (1942), no qual afirma que a história do Brasil realmente começa com a entrada da primeira bandeira no sertão, cujo fato representou a primeira democracia nascida (por existir, segundo ele, negros e índios no comando das bandeiras) e que a bandeira criou a geografia brasileira e uniu as raças do país, além de ter povoado o território nacional. Destarte, ainda segundo o autor, somente um Estado moldado no espírito da bandeira teria o poder de manter indissolúvel e eterna a geografia do país.

Sobre a utilização das bandeiras como manipulador ideológico, Esterici (1977, p. 19) comenta que:

a Bandeira é um operador semântico adequado, porque já faz parte da memória social do brasileiro como fenômeno meio fabuloso. O que o autor [se referindo a Ricardo] precisa fazer nesse sentido é apenas reforçar esse caráter de fábula, de grandioso, reconstruindo o modelo que convence, não pelo raciocínio crítico, mas sim através do apelo ao caráter de excepcionalidade, a imagens, e a um símbolo já interiorizado. Neste sentido a narrativa associa a bandeira a ‘herói’, ‘gigante de botas de sete léguas’ etc.

Por meio dessa literatura se percebe que a Marcha para Oeste teve caráter altamente ideológico, colocando os integrantes dessa marcha como homens que

estariam construindo o país, sendo comparados aos bandeirantes, vistos como heróis modelos a serem seguidos. Sendo assim “a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que esses, em sua maioria, fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste” (CANCELLI, 1984, p. 1).

Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste³ se concretizou com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943. A Expedição Roncador-Xingu era a parte prática da Marcha para o Oeste, sendo responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região. Segundo os irmãos Villas Bôas (1994), que participaram desta empreitada, a Expedição Roncador-Xingu tinha a atribuição específica de entrar em contato com os índios existentes na região e a Fundação Brasil Central (FBC), criada no mesmo ano, tinha a função de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. Deste modo, o primeiro órgão era a vanguarda do segundo.

O lançamento da Expedição foi realizado em São Paulo, com missa solene na Basílica de São Bento, reatualizando o mito heroico do bandeirante. Os primeiros expedicionários (em princípio um grupo de 25 homens) saíram de São Paulo no dia 07 de agosto de 1943 e chegaram de trem a Uberlândia. Inicialmente, o grupo iria ficar na base de Leopoldina (hoje Aruanã/GO), contudo, por ordem do ministro João Alberto, a base foi para Barra do Rio das Garças (hoje Aragarças/GO).

Dando continuidade à viagem, os expedicionários saíram de Barra do Rio das Garças dia 4 de dezembro de 1943 e chegaram ao rio das Mortes, onde hoje é Nova Xavantina, no dia 28 de fevereiro de 1944 (percurso de 150 quilômetros) cujo feito foi transmitido ao presidente Vargas pelo comandante da Expedição, Cel. Vanique. Dia 24 de maio de 1945 visitaram Nova Xavantina o presidente Getúlio Vargas e outras autoridades, além de representantes da imprensa da “Agência Nacional”, “Noite” e “Globo”, entre outros. Os integrantes fizeram, inicialmente, uma visita por todo o acampamento e nesta visita Vargas, em seu discurso, fez alusão aos heróis do sertão, afirmando: “Deixo aqui o testemunho do meu apreço a estes destemidos patriotas

³ Para dirigir a Marcha foi escolhido o Ministro da Coordenação e Mobilização Econômica João Alberto Lins de Barros. Estaria a seu cargo, além da estruturação das entidades recém-criadas, providenciar estatutos, instalar sedes etc. Já o comandante da Expedição era o tenente Flaviano de Matos Vanique, na época guarda pessoal de Vargas.

desbravadores do sertão, continuadores dos sertanistas que conquistaram esta região no passado para que os atuais com seus sucessores continuem aqui uma nova civilização” (OLIVEIRA, 1976, p. 123).

Com a expansão da fronteira agrícola a partir do projeto Marcha para o Oeste o contato com os Xavante se fazia imprescindível, o que aconteceu de forma pacífica⁴ somente no ano de 1946. Vale destacar que, na cosmologia Xavante, foram eles que amansaram os brancos, o que se revela importante quando se pensa na maneira como eles lidam com a sociedade envolvente. O sertanista Francisco Meireles, o primeiro a manter contato pacífico com estes indígenas, ao aproximar-se do chefe Xavante, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: “Amanso-te branco”! Esta informação é importante por revelar como os Xavante se veem perante a sociedade envolvente, desde a pacificação até os dias de hoje. Nesta perspectiva, os Xavante se veem como agentes do contato e decidem as ações necessárias para garantir o bom andamento das políticas indigenistas, sendo constante sua presença em Brasília a fim de negociar com a Fundação Nacional do Índio, que acreditam que os pertence⁵.

Ainda sobre os Xavante e o Estado Novo, é importante destacar que a política varguista os colocava como exemplo mais sublime do autêntico brasileiro, todavia, como eram indígenas, precisavam de disciplina, que o Estado lhes daria. Claro que tal idealização era fruto de uma ótica evolucionista que entendia que o indígena alcançaria o *status* de homem civilizado e trabalhador nacional, dando exemplo aos demais cidadãos brasileiros. Para tanto, esses deveriam ser guiados pelo Estado e entregar suas terras a fim de ser parte desse projeto maior, da construção do modelo de homem brasileiro. Os Xavante, que não viam um líder em Vargas ou sequer se importavam com os valores nacionais, não acharam justos entregar seus territórios e lutaram, assim como o fazem até os dias de hoje, seja por meio de embates físicos, seja fazendo pressão política na capital do país.

⁴ Na década de 1930 dois padres salesianos foram mortos enquanto tentavam contato com os Xavante e um grupo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), chefiado por engenheiro Genésio Pimentel Barbosa, também foi morto em 1941.

⁵ Para mais informações sobre a presença dos Xavante em Brasília, ver FERNANDES, E. R. *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

Com os Xavante contatados e a Expedição Roncador Xingu atuando, muitos homens migraram ao interior do país. A notícia de trabalho no sertão se espalhou e eles começaram, mesmo que às vezes ainda adolescentes, a se alistar nas bases expedicionárias procurando mudar de vida no sertão. Alguns foram com a família ainda crianças e, assim que tinham condições de exercer alguma atividade profissional, eram agregados às atividades da Fundação Brasil Central. Como exemplo, Seu Raimundo⁶, um expedicionário de 70 anos que disse ter ido para a região por que “um tio meu trabalhava na Fundação Brasil Central, eu era criança, e ele falou que aqui era uma região que minava ouro e leite (...)”.

Uma história parecida, conta Seu Carlos⁷:

Eu vim do Maranhão, Carolina. Naquela época do Getúlio Vargas então surgiu essa Fundação Brasil Central (...) estava pegando muita gente, trazendo gente pra trabalhar aqui. Ai o meu irmão era mais velho e veio. Aí ele veio, trabalhou um ano, ai voltou pra lá pra trazer a família todinha, foi onde nós viemos em 1951.

Sobre a origem desses migrantes, estes eram, em sua maioria nordestinos e goianos. Segundo seu Sebastião⁸, para aguentar o sertão “tinha que ser muito macho”. Assim, afirma o expedicionário

paulista era muito pouco, só a turma dos Villas Boas. Tinha mais nordestino, da Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambucano, alguns do Goiás. Paulista tinha muito pouco. O cabra pra aguentar o que eu aguentei aí tinha que ser muito macho, se não, não aguenta. Os que vinham da cidade o máximo que aguentavam era quinze dias e já queriam ir embora.

Essa fala revela a apropriação do discurso federal ocorrido durante a migração. Esse os colocava como corajosos desbravadores do sertão, como novos heróis nacionais e, desta forma, para ser herói tinha que ser “cabra macho”, tinha que aguentar com coragem as dificuldades encontradas, o que paulistas, em sua maioria, não conseguiam fazer.

A vida no interior do Brasil Central não se revelou fácil e esses homens passaram por muitas adversidades que os deixou ainda mais orgulhosos de terem

⁶ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Raimundo, em Nova Xavantina, em agosto de 2010.

⁷ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina, em fevereiro de 2010.

⁸ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Sebastião, em Nova Xavantina, em agosto de 2010.

participado da Marcha para o Oeste. Segundo Antônio⁹, em alguns lugares pelos quais eles passaram “tinha mosquito 24 horas por dia, era um sofrimento, maribondo, mosquito. Animais ferozes né, cobra, onça, esses animais tinha demais da conta”. Além disso, diversas vezes a dificuldade de chegar comida aos locais explorados tornou a situação mais complicada. Como conta o senhor Sebastião,

É porque lá [onde os expedicionários abriam picadas] chovia muito, o avião ia levar comida pra nós e não nos achava. Era muita chuva e a mata muito alta. Então nós tínhamos um radinho e falávamos: viemos a 300 graus. O avião vinha e botava a 300 graus, tinha que passar por *riba* de nós. Mas com a chuva ele não dava pra ver. Então nós tínhamos que fazer uma derrubada, uma clareira na mata assim pra poder dar de ver. Botava uma camisa branca numa vara. Daí ele percebia que éramos nós e ele voltava mais baixo, aí ele via que éramos nós mesmos e subia e só soltava o paraquedas quando estava bem alto. Teve vez que ele soltou quinze ou foram vinte paraquedas com comida, bala, remédio, tudo, leite.

Ainda acerca das dificuldades com comida, o senhor Sebastião conta que só davam “aquele jabá velho de 1944, 1942. Às vezes ele estava branco que nem folha de papel. Tinha que cortar com machado pra jogar dentro do feijão. Feijão ruim, estragado, velho, chega fervia”. Muitas vezes, essa comida distribuída aos expedicionários era parte do estoque que havia sobrado da Segunda Guerra Mundial. Mais interessante ainda é que, além da comida da Segunda Guerra, os expedicionários receberam também roupas daquele período, botas, chapéus, farda completa, que vinham algumas vezes, inclusive, furadas de bala. Essa distribuição das fardas dos homens vistos como heróis nacionais que defendiam o Brasil lá fora, vinha com o intuito de mostrar aos expedicionários que eles eram os homens que defendiam o Brasil aqui dentro. Esta transposição dos heróis nacionais que lutavam fora do país a heróis nacionais que lutavam dentro do país, revela a transformação da identidade de migrantes pobres em heróis do Brasil.

Passando por todas essas adversidades, esses migrantes se deslocaram de seus locais de origem e foram ao Mato Grosso buscar as terras prometidas, fugindo das condições de subsistência em seu estado de origem, vindo na Expedição Roncador-Xingu e nos demais órgãos que se seguiram, ainda no ideal de ocupação da Amazônia, a

⁹ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Antônio, em Nova Xavantina, em março de 2010.

possibilidade de sua reinserção na estrutura social e melhor condição econômica (FRANÇA, 2000).

Para que as migrações dos Pioneiros ocorressem o governo federal fez uso de discursos que exaltavam esses homens como incentivo para que se mudassem. Nesse contexto, a migração ocorrida durante o governo Vargas foi marcada por um discurso nacionalista que colocava os migrantes como heróis nacionais. Era o período de Segunda Guerra Mundial e, enquanto os pracinhas brasileiros defendiam o Brasil lá fora, os integrantes da Marcha para Oeste eram os heróis que defendiam o Brasil aqui dentro.

O mito heróico do bandeirante foi reatualizado e esses homens passaram de flagelo social a heróis nacionais. E como heróis nacionais eles se reconhecem. Ganharam o título de Pioneiros da cidade e se orgulham dessa identidade. Deste modo, suas narrativas de colonização envolvem a personificação do homem pobre e migrante que se transforma em bandeirante, protagonista de um tempo que era necessário servir a pátria defendendo as fronteiras internas do país em nome de um ideal de modernização trazido pelo governo Vargas. Assim, para o Pioneiro, sua migração foi fundamental para o desenvolvimento do país. O discurso de seu Antônio¹⁰, que se enaltece ao ser questionado sobre a importância de ser Pioneiro, é emblemático sobre o assunto:

Eu quero dizer que isso não foi em vão. Esse sangue, esse suor, essas lágrimas que foram derramadas, essas mordidas de cobra, de mosquito, elas valeram a pena. Hoje nós estamos vendo frutos maravilhosos. Eu me sinto orgulhoso de ser um Pioneiro e ver o desenvolvimento dessa região.

Acerca dos órgãos públicos nos quais esses homens trabalharam, a FBC existiu de 1943 até 1967 e recebeu grande apoio dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Ela foi substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que durou de 1967 a 1990. A Sudeco, diferentemente da FBC, era um órgão planejador, normativo e coordenador de ações. Todavia, também atuava como financiador de atividades cuja execução era função de instituições de outras esferas administrativas.

¹⁰ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Antônio, em Nova Xavantina, em março de 2010.

Quando a FBC foi extinta uma parte de seu patrimônio assim como de seu quadro permanente de pessoal foi transferida para o órgão que a substituiu, a Sudeco. O restante de seus funcionários foi redistribuído, sendo lotados em diferentes órgãos da administração federal ou ainda aposentados compulsoriamente. Nesse processo de transferência de um órgão para outro os documentos da FBC foram eliminados. Como contam os irmãos Villas Boas (1994), nos porões da Sudeco, uma máquina picotadora destruiu todos os documentos afirmando que era necessário espaço. Já o patrimônio físico foi dividido ou vendido.

A destruição desses documentos é um reflexo dos novos planos que estavam sendo traçados para a Amazônia legal, já no período da ditadura. Nesses novos planos os chamados Pioneiros, que migraram a partir das políticas do governo Vargas, não eram mais necessários. Algumas metas haviam sido cumpridas, como o contato com os indígenas, a criação de um campo de aviação, escolas, hospitais, estradas. Todavia, a fixação de duzentas famílias por ano nunca foi efetivada, visto que os núcleos populacionais foram criados, mas por muito tempo contaram apenas com os próprios funcionários dos órgãos oficiais, sendo vetada a entrada de outrem no espaço.

O povoado do rio das Mortes, que mais tarde se transformaria em Nova Xavantina, assim como outros povoados criados a partir dessa política de colonização do governo Vargas, não foi capaz de estabelecer padrões rentáveis de produção agrícola e não recebeu suporte para tanto. Sua população, por muito tempo composta apenas pelos próprios funcionários dos órgãos públicos, não foi capaz de alcançar o novo ideal de expansão da fronteira agrícola. Era necessário tornar a região produtiva, rentável e, para isso, novas políticas desenvolvimentistas de colonização foram criadas durante a ditadura militar brasileira. Essas novas políticas são alvo do próximo tópico.

A DITADURA MILITAR E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Durante a década de 1970 o governo militar se utilizou de migrações e colonizações para abafar tensões sociais ocorridas no Sul do país, valendo-se igualmente da ideologia de espaços vazios e de homens corajosos que levariam o progresso ao Mato Grosso. Esses migrantes¹¹ seriam heróis que transformariam

¹¹ Em Nova Xavantina os migrantes da região sul do país são conhecidos como gaúchos, independente se veio do Rio Grande do Sul, Paraná ou Santa Catarina.

“espaços vazios em locais de civilização e desenvolvimento” (SELUCHINESK, 2008, p.4). Esse processo de migração de sulistas para a Amazônia é chamado por Martins (1982) de sulização do norte e se assemelha muito com o projeto nacionalista de “conquista do Oeste” de Vargas, visto que este também tinha por objetivo integrar economicamente a Amazônia ao resto do país.

Para compreender essa migração é importante entender como a Amazônia era vista pelos governos militares e, neste aspecto, ressalta-se o fortalecimento da Escola Superior de Guerra (ESG), com a ascensão de alguns de seus representantes ao primeiro escalão do governo e, conseqüentemente, a influência exercida por esses nas teorias geopolíticas do país (PANOSSO NETO, 2002). Também é essencial perceber que, desde o final da década anterior à ditadura, começavam a se estabelecer no país as Ligas Camponesas que, em 1960, tornaram-se um órgão nacional implantado em dez estados. Analisa-se, inicialmente, a Escola de Guerra.

Na temática abordada pela ESG estava a segurança e o desenvolvimento do país, e para garanti-la era necessário, de acordo com os militares, transferir migrantes para a Amazônia brasileira a fim de mostrar aos países vizinhos, assim como aos Estados Unidos e à Europa, que o local possuía dono. De acordo com Ianni (1979), outros fatores reforçavam a ação dos militares na Amazônia, sendo eles a situação do Nordeste - onde havia um solo desgastado pelo uso e, em sua maioria, concentrado nas mãos de poucos proprietários - e a situação pela qual passavam o Sul e o Sudeste, onde havia crescimento da população rural, além da mecanização da agricultura, restringindo o acesso a terra.

Para alcançar a dita segurança, diversas ações foram tomadas, tais como a criação da Emenda Constitucional n.º. 18, de 1º de janeiro de 1965, que estendeu àquela região incentivos fiscais e favores creditícios. Posteriormente, criou-se a lei n.º. 5173, de 27 de outubro de 1966, que transformou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse novo órgão tinha por objetivo principal elaborar planejamentos quinquenais para valorizar a região, com o intuito de integrá-lo ao país por meio do desenvolvimento de sua economia. Outra medida adotada foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia

(Basa), fato relevante para a transformação da Amazônia, pois deu ao novo banco maiores recursos e poder.

Outra medida adotada veio em forma de decreto, sob o n°. 59.428 de 27 de outubro de 1966, que assim dita em seu artigo 5°:

colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas.

O artigo 81 desse mesmo decreto afirma que a colonização particular tem por objetivo complementar, assim como ampliar, a ação do Poder Público na política de facilitar o acesso à propriedade rural por meio de empresas organizadas para sua execução. Para estas empresas estavam previstos diversos estímulos como: terras disponíveis e financiáveis em longo prazo; seleção dos agricultores; apoio a pedidos de financiamento de seus projetos (art. 88). A colonização particular também poderia ser implantada por meio de cooperativas de colonização, caracterizadas pelo trabalho conjunto de seus associados em diferentes atividades como cultivo, extração, criação e industrialização rural.

Um fator importante a ser destacado sobre as colonizações particulares é que essas se transformaram em um grande negócio econômico, no qual se comprava terra a preço baixo ou a adquiria direto da União. Desse modo, construía-se uma infraestrutura básica (isso quando esta realmente era construída) e se revendia as terras aos colonos por preços bem superiores (FERNANDEZ, 2007).

Ainda sobre as colonizações, a partir de 1973 o governo abandonou a colonização oficial, reconhecendo-a como ineficiente, em virtude das dificuldades encontradas para dar prosseguimento a elas, tais como a dificuldade em dar assistência agrícola e sanitária aos colonos (agricultores), assim como falta de moradia e transporte. O governo preferiu dar apoio ostensivo às colonizações particulares, considerando-as ideais para ocupar e desenvolver a Amazônia (SCHAEFER, 1985). Nesse contexto, o estado de Mato Grosso apresentou a maior concentração de projetos de colonização privada no Brasil, principalmente aqueles implantados durante os finais dos anos de 1970 e 1980.

O governo Geisel (1974-1978) também foi responsável pelo recuo da colonização oficial e avanço das colonizações particulares na Amazônia. O início desta fase ocorre com a aprovação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Poloamazônia – em setembro de 1974, que estipulava que a estratégia a ser adotada juntaria programas de colonos e pequenos produtores, sendo estes realizados por meio de empresas agrícolas – pequenas, médias e grandes – assim como de empresas de colonização. Nesse momento, já se percebe a mudança de clientela, não interessando mais ao governo a população do Nordeste, mas sim proprietários de minifúndios participantes de cooperativas situadas no Sul do país.

Davis e Menget (1981) esclarecem que a ideologia de colonização era sustentada por dois argumentos. O primeiro afirmava que ao povoar o interior a nação poderia ocupar o seu “território predestinado” e se defender de outros países fronteiriços. O segundo argumento afirmava que a redistribuição da população poderia por fim ao desequilíbrio econômico e demográfico do país, aproveitando-se os enormes recursos do seu vasto e inexplorado interior. A ação de colonização culminaria na independência política e econômica do Brasil.

Ainda quanto a políticas criadas para a migração, durante a década de 1970, já no Governo Médici, criou-se, em junho de 1970 o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha por meta implantar projetos de colonização e estender a rede rodoviária nesta região. Neste processo, em julho de 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos objetivos principais consistiam em “(...) promover, coordenar, controlar executar a colonização, além de promover o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural” (PANOSSO NETO, 2002, p. 26).

Ressalta-se que essas políticas foram tomadas em reflexo às organizações camponesas que começavam a se organizar no início da década de 1960. O primeiro dos encontros organizados por essas foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, reunidos em Belo Horizonte, em novembro de 1961, em cujo evento se solicitava a:

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do País, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada,

e a propriedade estatal. b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas (IANNI, 1968, p. 91-93);

Já no II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília entre 21 e 25 de maio de 1973, os lavradores (cerca de 700) protestavam asseverando “que não se confunda reforma agrária com colonização; que não se objetive visando à transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitam, mas que se realize com a fixação do homem no lugar onde more” (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 54). Durante o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979, denunciava-se que a colonização era colocada como pretexto para a não-realização da reforma agrária; que imensas áreas públicas eram entregues a empresas colonizadoras particulares; que essas colonizadoras praticavam irregularidades em favor do poder econômico, pressionando os trabalhadores rurais; que a colonização na Amazônia tinha o intuito de atrair mão-de-obra barata para a região, entre outras denúncias.

É importante afirmar que a colonização é uma forma de produção do social em um meio natural e, por isso, deve ser analisada como tal e em estreita ligação com o outro processo social ao qual está intrinsecamente vinculada: o processo migratório (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Nesse processo colonizador, as migrações temporárias em grupo dão lugar a migrações definitivas feitas aos poucos, normalmente começando pelos mais jovens, depois os homens e, finalmente, toda a família. A migração dos membros dessas famílias costuma durar muitos anos até que toda a família mude do espaço antigo para o novo (MARTINS, 1997).

Por meio desta explanação acerca do processo histórico envolvendo a migração de Gaúchos ao Mato Grosso, coaduna-se com Tavares dos Santos (1993, p. 30) quando o autor afirma que a reconstrução sistemática das políticas de colonização do governo brasileiro adota a seguinte estratégia:

desde que há um excedente de ‘nacionais pobres’ e, portanto, uma situação potencial de ‘tensão social’, então é preciso que o Estado assuma a orientação das correntes migratórias. Essas correntes devem ser encaminhadas tanto para cidades do Sudeste como para as terras públicas do Oeste e da Amazônia que ainda não pertencem aos latifundiários. Em seguida, o Estado organizará o assentamento desses migrantes em núcleos de colonização, sob a responsabilidade de órgãos oficiais ou de empresas ou companhias privadas: serão

assentados em pequenas propriedades fundadas no trabalho familiar, e será exigida desses colonos uma ‘boa conduta’. Chegar-se-á, assim, à ‘fixação’ e a ‘estabilidade’ dos colonos no meio rural.

Acerca desta migração de sulistas à região da Amazônia Legal, Guimarães Neto (2003) esclarece que a ideia de progresso, difundida pelos jornais e revistas do estado de Mato Grosso, além de ter um enorme destaque na imprensa de grande circulação no país, mostrava as novas cidades como espaços que promoveriam a ascensão social e a produção da riqueza. Grandes narrativas mitificavam a “saga” dos que haviam partido do sul em direção à Amazônia, e que passavam a ser chamados de colonos, onde teriam descoberto a terra em abundância. O progresso técnico e material, mesmo beneficiando apenas uma pequena parcela de moradores-colonos, mostrava uma imagem de desenvolvimento econômico e de triunfo, revelando um modelo “bem-sucedido” de uma colonização.

Em consonância com os discursos oficiais que incentivavam a migração, muitos sulistas entrevistados afirmaram que “a gente veio pra cá era novo né, cidade nova aqui, a gente veio pra cá pra desenvolver a cidade né¹²”. Sobre esse assunto, um entrevistado afirmou que “se não tivesse saído aqueles projetos isso tudo aqui era mato (...) quem abriu tudo aqui foi nós¹³”.

As empresas de colonização possuíam estratégias de mensagens para incentivar a migração dos colonos, valendo-se dos mais modernos recursos audiovisuais da época, como rádio – no qual se lia cartas dos migrantes que teriam prosperado e também jornais, como o *Jornal da Terra*, de Tenente Portela, que constantemente divulgava mensagens ideológicas para incentivar a migração, afirmando o Gaúcho como “filho do imigrante”, rememorando datas importantes, como um “novo 25 de julho”, data de comemoração do começo da colonização alemã no Brasil.

Conta um colono entrevistado por Tavares dos Santos (1993, p. 72) “(...) a influência era enorme, pela propaganda: o Governo nos daria as condições de partida. Teríamos vacas leiteiras, pastagens, estábulos, casas, tudo estaria lá. Prometeram tudo isso”. O migrante Roberto¹⁴ afirma que a propaganda para vir pra região apresentava-a como;

¹² Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Raul, em Nova Xavantina, em outubro de 2009.

¹³ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Alberto, em Nova Xavantina, em dezembro de 2009.

¹⁴ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Roberto, em Nova Xavantina, em janeiro de 2010.

o Eldorado, um paraíso, quem viesse pra cá era um paraíso, agora levando-se em conta a situação em que viviam esse pequenos agricultores, que a maioria deles são pequenos, era um avanço sair de lá com dez, quinze, vinte hectares, se conseguisse vender lá e comprava aqui duzentos, trezentos era um avanço muito grande e aí ele se tornava um fazendeiro, um grande produtor.

A fala de Roberto revela bem a intenção dessas políticas de colonização assim como os meios para alcançá-la, isto é, o objetivo era de grande produção agrícola na Amazônia brasileira e, para incentivar a migração, o cenário para o qual se migraria era apresentado como um paraíso terrestre, que melhoraria graças ao trabalho árduo dos gaúchos, filhos de imigrantes italianos e alemães.

Percebe-se, a partir das propagandas utilizadas para incentivar a migração, que as raízes “raciais” dos grupos migrantes foram usadas de maneira a instigar os migrantes, o que Monsma (2013) chama de essencialização de um povo, isto é, identificação de habilidades, comportamento e disposições do grupo que supostamente são inerentes e duradouros, indo de uma geração a outra. Nesse sentido, os gaúchos, filhos dos imigrantes italianos e alemães, teriam valores inatos de trabalho.

Traçando paralelos entre a imigração dos alemães e italianos ao Sul do país e da migração dos sulistas ao Mato Grosso, pode-se perceber que durante a colonização ao Sul, os imigrantes tiveram como símbolo étnico “virtudes” destacadas, tais como o “trabalho alemão”, o “espírito pioneiro” num discurso etnocêntrico ao qual não faltavam referências raciais, principalmente no confronto com o “outro” que estava mais próximo do colono, naquele caso o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica (SEYFERTH, 1991). Na colonização sulista rumo ao Mato Grosso, tais virtudes de trabalho e espírito pioneiro, associadas a “raça” alemã ou italiana foram reutilizadas para incentivar a migração. O outro, considerado caboclo, nesse caso era o Pioneiro e, sobre esse, um Gaúcho¹⁵ entrevistado afirmou que:

com esses [se referindo aos Pioneiros] aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul (...) eles consideravam o povo daqui preguiçoso, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse

¹⁵ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Roberto, em Nova Xavantina, em janeiro de 2010.

movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo, influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores, que enfrenta os desafios, ao mesmo tempo também criticavam que havia uma certa discriminação, porque aí o pessoal que veio do sul se achava assim na condição do poder, eu posso fazer, vou fazer, dou conta de fazer, essas coisa tudo (OLIVEIRA, 2010, p. 163).

Seyferth (1999) afirma que os termos que os imigrantes italianos e alemães e seus descendentes utilizavam para se referir aos nativos brasileiros durante a imigração de alemães e italianos ao sul do país era “malandros”, “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados”. Percebe-se, a partir da fala do entrevistado acima, vista como emblemática, que os termos pejorativos continuaram, isto é, os caboclos do Mato Grosso também eram “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados” e só com a chegada dos Gaúchos na região é que a cidade pode se desenvolver. Logo, os Gaúchos se entendem como detentores de valores de progresso e trabalho.

Os colonos começaram a migrar para o Mato Grosso a partir de julho de 1972 e outros no início de 1973. No princípio viveram em situação bastante difícil, morando em barracos, muitas vezes doentes (principalmente com malária). Os recursos financeiros que os mantiveram durante esse tempo foram trazidos da região de origem. Ao chegar à região de Nova Xavantina, os colonos encontraram o chamado espaço vazio ocupado por Xavantes, Pioneiros e posseiros.

Sabe-se que confrontos ocorreram entre indígenas Xavante e os proprietários de fazendas Gaúchos e, para solucionar a situação de maneira pacífica, o governo brasileiro entendeu que era o momento de demarcar as terras indígenas Xavante – no menor espaço possível. Os Xavante aprenderam a pressionar o governo fazendo política na capital e, como conta Maybury-Lewis (1990, p. 12)

Nos anos setenta, ouvíamos os ecos de suas batalhas [dos Xavante] para proteger suas terras e particularmente da luta feroz que os Xavante mantinham contra os fazendeiros invasores. Eles não eram mais os guerreiros nus que tínhamos conhecido. Ainda eram guerreiros, mas eram agora suficientemente experientes para saber que não podiam simplesmente lutar e vencer, e suficientemente sofisticados para saber como apoiar seus objetivos fazendo política na capital do país.

Os Xavante conseguiram armas mais eficientes na defesa de seus interesses, desenvolvidas a partir da cuidadosa e atenta observação dos modos do branco e

passaram se utilizar dos muitos mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, revelando originalidade nas suas formas de protesto. Logo, tem início uma fase de reivindicação e denúncias, durante a qual esses indígenas tornaram-se frequentadores assíduos de Brasília, buscando pressionar os funcionários¹⁶ do governo.

Os Xavante haviam descoberto que podiam lutar, fosse com ataques à fazendas na região ou com política. Assim, a partir de várias formas de mobilização política, tais como apelos, ações extralegais e violência simulada, eles forçavam o regime autoritário a modificar seus projetos de desenvolvimento. Eles enfeitavam seus discursos, seus corpos, com os símbolos da tradição indígena que o governo Vargas tanto apreciava, e iam a capital confrontar os governantes, invertendo a peregrinação e encontrando o “verdadeiro sentido da brasilidade”, como Vargas havia dito, agora na Marcha para o Leste (GARFIELD, 2011).

É válido ressaltar que as políticas oficiais de colonização desqualificavam os moradores da região a fim de promover a migração dos Gaúchos. O acesso a um documento da época (Projeto Xavantina) afirma ser necessário colonizar a então Vila de Xavantina por ela ser composta principalmente por funcionários da Sudeco ociosos, sem iniciativa e dinamismo. Esses moradores, vistos como passivos, não deveriam receber lotes, pois não davam valor ao que tinham, tendo-se como parâmetro o estado de conservação de suas habitações (OLIVEIRA, 2010).

A Vila estaria morta e precisando de pessoas entusiasmadas para assumi-la e dar-lhe vida. O dinamismo ocorreria, ainda segundo o documento, quando fosse efetuada a abertura da nova parte da cidade e da chegada de novas pessoas. Desse modo, percebe-se que, para migrar ao Centro-Oeste, esses homens eram cultuados como corajosos e valentes, mas, a partir do momento em que sua ocupação não interessava mais, faz-se necessário substituí-los pelos gaúchos, aclamados como detentores do progresso que iria modernizar Mato Grosso (OLIVEIRA, 2010).

Ainda sobre os moradores da região, destaca-se que o governo militar não compactuou do romantismo do governo Vargas para com os Xavante e entendeu que esses, como demais indígenas do Brasil, eram entraves ao desenvolvimento nacional,

¹⁶ Neste contexto surge Juruna, o personagem mais marcante deste período. Com um gravador na mão, este Xavante registrava as promessas assim como os discursos das autoridades responsáveis pela ação do governo junto às populações indígenas. Juruna tornou-se deputado federal (PDT) pelo Rio de Janeiro, sendo o único líder indígena a chegar ao Congresso Nacional.

visto que transformavam grandes áreas produtivas do país em espaços não rentáveis. E nessa lógica de embate entre o Xavante e o governo nacional, tanto o governo Vargas quanto o governo militar via os Xavante como indígenas bravos e guerreiros e esse discurso é reconhecido e reforçado nas narrativas destes indígenas, que cobram o reconhecimento de sua importância no município perante o poder público municipal por meio de símbolos, tal como:

(...) uma imagem assim, um símbolo de índio nas praças, ficaria mais certo, mas agora, o que o governo pensa, não só o governo, todos os brancos pensam, que essa terra não é do índio não. Várias pessoas pensam isso, mas índio não pensa assim não¹⁷.

Essa fala revela que, para os Xavante, é legítima a luta dos índios do país por reconhecimento, contudo, é marcada por uma relação desigual, visto que do outro lado tem o homem branco, que pensa de maneira diferente e entende que a terra não é e nem deve ser do índio. Em um estado como o Mato Grosso, que tem na posse do território a produção agrícola e agropecuária sua maior fonte de riqueza, a posse da terra por grupos que não compartilham dos valores locais de produção e comercialização da sociedade capitalista é sempre contestada, sendo frequente o discurso de “pouco índio para muita terra” e da desapropriação do produtor rural, que trabalha para levar comida à mesa do brasileiro, mas que é desalojado para dar lugar a índios vagabundos e desocupados, quando ocorrem demarcações de Terras Indígenas (TI).

Por fim, os Gaúchos, que tinham o desejo de abandonar o trabalho manual, a pá, a enxada, o arado puxado a bois e realizar seu sonho de terra trabalhando com máquinas, migraram com a promessa de encontrar a riqueza. As colonizadoras propagavam a ideologia de que os gaúchos levariam o progresso ao Mato Grosso, constituindo uma grande civilização no local da futura terra prometida. Entretanto, a realidade da região era decepcionante, agregando-se a isso a falta de assistência a qual foram submetidos. Esses camponeses serviram apenas para aliviar as tensões sociais em favor da terra que começavam a se manifestar no sul e para enriquecer os colonizadores (FRANÇA, 2000).

¹⁷ Entrevista fornecida pelo Xavante Adão, em Nova Xavantina, em agosto de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual de políticas de desenvolvimento, não só para microrregião de Canarana – no qual se insere Nova Xavantina, mas para todo o estado, apontam a ausência de políticas sistemáticas de colonização. Com essa realidade as migrações são espontâneas e destoam das décadas de 1970 e 1980, período de políticas de incentivo a migração e maior investimento dos recursos federais na região. A microrregião de Canarana, que nas décadas de 1970/1980 teve taxa de crescimento de 11% ao ano, baixou para 6,1% entre 1980/1991 e entre 1991/2000 contou com uma taxa de apenas 2,0%, que assemelha-se a do estado no mesmo período, de 2,4% ao ano (CUNHA, 2006).

De acordo com Cunha (2006), esse cenário é fruto do desaparecimento da expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola, resultando na elevação do índice de urbanização do Mato Grosso. O Estado deixou de ser atrativo para os migrantes, em especial para os interessados nas “terras prometidas” pela fronteira agrícola, reflexo da ausência de novas políticas de colonização do Estado brasileiro para essa área. Para o autor, o Mato Grosso caminha para o esgotamento de sua condição de fronteira agrícola, deixando de ser uma alternativa para os migrantes.

Em momentos anteriores, como mostrado ao longo do trabalho, políticas de colonização ampliaram a fronteira agrícola do país e possibilitaram o surgimento de cidades como Nova Xavantina, criada em um contexto de ocupação da Amazônia Legal, vista como "vazio demográfico", fronteira a ser defendida por homens que seriam alçados a corajosos desbravadores e defensores do país. Desconsiderava-se, a partir de uma ideia de espaço desabitado, os indígenas que já estavam no espaço, como os Xavante, que chegaram em 1820. O público alvo escolhido para migrar era oriundo do Nordeste do país, que enfrentava períodos de seca e os migrantes se transformaram de pobres em heróis nacionais.

Em momento posterior e descontente com os rumos que a Amazônia brasileira tomava, o governo militar promove outra ocupação. Agora o público escolhido para migrar é da região Sul do país, local em que trabalhadores rurais começavam a se organizar para cobrar do governo o acesso à terra. Novamente, discursos para incentivar a migração são criados e esse coloca os gaúchos como símbolo do progresso, essenciais à ocupação da fronteira agrícola nacional.

Essas políticas resultaram em uma migração intensa para Nova Xavantina e também para todo o estado de Mato Grosso. Contudo, a ausência dessas políticas a partir da década de 1980 freou as taxas de crescimento populacional da região, o que demonstra que as políticas nacionais de colonização para a Amazônia Legal brasileira, a partir da década de 1930, foram responsáveis por dinâmicas de migração que ocuparam os “territórios vazios” do novo Eldorado brasileiro. Além de acarretar o aumento das taxas de crescimento, essas políticas também produziram identidades sociais que se encontraram nesse novo espaço.

Essas identidades se referem a Xavante, Pioneiros e Gaúchos, sendo os primeiros diretamente atingidos pelas políticas de expansão da fronteira agrícola brasileira, mesmo que não fosse sua vontade. Assim, o contato inicial se mostrou conturbado, com mortes e com o reforço da identidade do Xavante como índio bravo e guerreiro. Somente quando eles, Xavante, entenderam que era o momento certo, o contato amistoso se fez. Já quando se fala do outro grupo estabelecido posteriormente, conhecido como Pioneiros, comenta-se sobre um grupo que, a partir de um discurso para influenciar as migrações, passou de pobre a herói nacional, e que reproduzem esse discurso como símbolo da sua identidade e da memória cultural do seu grupo. Por fim, os Gaúchos também foram ao Mato Grosso em um contexto de política de colonização que os colocava como solucionadores de problemas por serem filhos dos imigrantes italianos e alemães e símbolo do progresso nacional. Suas falas, assim como as dos Pioneiros, estão embebidas do discurso nacionalista de ocupação e progresso que permeia, desde a época da Vargas, a Amazônia brasileira e que nunca considerou as diferentes lógicas materiais dos índios envolvidos nesses processos.

A análise das políticas de colonização em períodos diferentes no Brasil para a Amazônia Legal permite afirmar que, diversas vezes em que lidou com problemas agrários no Brasil, como a falta de água e seus desdobramentos no Nordeste, e com a eminência de conflitos agrários por terra no Sul do país, o governo brasileiro optou por outras políticas que não a reforma agrária. Para resolver as dificuldades acima mencionadas, apresentou a colonização como uma simulação de distribuição de terras, agora nas fronteiras. Essa ação, além de trazer uma ideia de redistribuição da população do país, ocupação das fronteiras e desenvolvimento econômico, também se mostrou pertinente para evitar a reforma agrária.

Aos governantes interessava transferir os descontentes para outros espaços do país e, para tanto, terras e oportunidades foram prometidas nessa nova fronteira. Para incentivar as colonizações, o aparato ideológico do governo se fez presente ao disseminar campanhas de divulgação em que a colonização era alçada a panaceia, sendo colonos pobres transformados em heróis nacionais, pois defendiam as fronteiras do país de supostos invasores.

REFERÊNCIAS

- CANCELLI, E. *Estratégia para o flagelo*. 118 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de Pós Graduação em História do Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1984.
- CONSIDERA, C. M.; SILVA, M. T. de C; TAVARES, V. P. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.
- CUNHA, J. M. P. da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo , v. 23, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2014.
- DAVIS, S. H.; MENGET, P. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, C.; CARVALHO, E. de A. (Org.). *Antropologia e indigenismo na América latina*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 37-65.
- ESTERCI, N. O mito da democracia no país das Bandeiras. *Pesquisa Antropológica*. Rio de Janeiro, n.º 18, Terceiro quadrimestre de 1977.
- FERNÁNDEZ, A. J. C. *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. 262 f. Tese (Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- FRANÇA, M. S. C. de. *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina*. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- GARFIELD, S. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: UNESP. 2011.
- GUIMARÃES NETO, R. B. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MAYBURY-LEWIS, D. *O selvagem e o inocente*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONSMA, K. M. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. *Anais eletrônicos ... Natal, 2013*. Disponível em: < http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2014.

OLIVEIRA, A. de P. *Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição*. s. ed. Goiânia, 1976.

OLIVEIRA, N. A. de. *Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT*. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

PANOSSO NETO, A. *Geopolítica, agricultores e madeireiros na Frente Oeste de Colonização: o caso do norte de Mato Grosso*. Campo Grande: UCDB, 2002.

RICARDO, C. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, vol. 1.

SCHAEFER, J. R. *As migrações rurais e implicações pastoris: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985.

SELUCHINESK, R. D. R. *De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense*. Brasília, 2008. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, v. 91, p. 31-63, 1991.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999, p. 199-228.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. de. *Matuchos: exclusão e luta – do sul do para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VARGAS, G. *A nova política do Brasil: V. O Estado Novo (10 de dezembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VILLAS BÔAS, C; VILLAS BÔAS, O. *A Marcha para Oeste*. 5 ed. São Paulo: Globo, 1994.

RECEBIDO EM: 02/03/2015
APROVADO EM: 22/07/2015